



*Intervenção do Deputado Duarte Freitas em
representação do Grupo Parlamentar do PSD por
ocasião da evocação dos 30 anos do 25 de Abril
na Assembleia Legislativa Regional dos Açores*

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

“A natureza do valor a celebrar pode convidar ao júbilo ou ao entusiasmo; e a situação social pode aconselhar seriedade e reflexão”. José Enes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

As nossas primeiras palavras vão para os militares de Abril que, com arrojo e coragem, fizeram dos portugueses homens e mulheres senhores da sua vontade pessoal e autores do seu destino colectivo.



Aos militares de Abril, o Grupo Parlamentar do PSD presta a mais viva e reconhecida homenagem.

Graças ao seu acto, celebramos hoje o aniversário desse notável acontecimento que mudou a face e a história do nosso país, o 25 de Abril 1974.

Essa data pôs fim a uma ditadura de 48 anos e abriu as portas à democracia que hoje nos permite viver num país de liberdade e de desenvolvimento.

Ficava para trás uma ditadura de quatro décadas.

Ficava para trás o atraso estrutural do nosso país.

Ficava para trás a polícia política e a censura.



Ficava para trás o isolamento.

Ficava para trás o medo.

Ficava para trás um regime ilegítimo.

Ficava para trás um regime que tolhia a liberdade, a autonomia individual e condicionava os direitos da pessoa humana.

O 25 de Abril teve implicações profundas e duradouras, que não-de ficar no tempo.

Devolveu aos portugueses a sua dignidade de homens e mulheres com faculdades e direitos próprios e plenos.

Trouxe ao nosso país o valioso bem que é o regime democrático.



Hoje, portanto, celebramos a Liberdade. Celebramos os 30 anos da Revolução de Abril.

Hoje, aqui nos Açores, evocamos esta Liberdade que nos deu a Democracia e a Autonomia.

Foi essa Revolução que nos permitiu, pela primeira vez, sermos sujeitos da história, dentro do Estado português.

Passámos das iniciais “bases navais” e “entrepósitos comerciais”, dos séculos XV e XVI, para uma sociedade com características próprias muito bem vindas.

Passámos dos Capitães Donatários e Governadores Civis, nomeados por Lisboa, a órgãos de governo próprio eleitos pelo povo do nosso arquipélago.



Passámos de província, de ilhas adjacentes, de distritos autónomos, a Região Autónoma dos Açores, com Autonomia Político-Administrativa.

Passámos da governação centralizada no Terreiro do Paço, para a governação regional, a partir da Região e para a Região.

O nosso instinto de sobrevivência e a nossa tenacidade levou-nos à Autonomia - à Autonomia distrital em 1895 e à Autonomia Regional em 1976.

A Autonomia foi a resposta social, económica, cultural e política à histórica incapacidade e falta de vontade política para resolver os problemas das nossas ilhas.



A Autonomia foi a resposta aos anseios de um Povo que queria e quer, em liberdade, ser feliz nestas nove ilhas espalhadas no Atlântico Norte. Foi a fonte de progresso e bem-estar das populações.

O regime democrático trouxe-nos a possibilidade de consagração desta Autonomia, com a criação dos órgãos de governo próprio da Região, de que é instituição soberana esta Assembleia Legislativa Regional.

Foi a democracia, possibilitada pelo 25 de Abril, que permitiu a concretização deste justo e secular sonho que vinha de há muito tempo e cujas primeiras vozes se fizeram ouvir no século XIX, no tempo dos primeiros autonomistas, a quem também hoje prestamos homenagem.



Estou certo de que esses primeiros autonomistas, e todos que, ao longo de décadas, lutaram pela consagração deste estatuto, se sentiriam orgulhosos por termos conseguido, nós, gerações contemporâneas, mudar o destino das nossas ilhas.

A Autonomia administrativa distrital, que encontrou em Aristídes Moreira da Mota o seu principal paladino e impulsionador, foi um enorme passo a caminho da autogovernação dos Açores.

A Autonomia democrática político-administrativa regional, implementada em 1976, com a carismática liderança de João Bosco Mota Amaral, foi o culminar de uma luta antiga pela autogovernação dos Açores pelos açorianos.

Os sociais-democratas orgulham-se de terem estado na vanguarda do processo autonómico.



Tivemos de vencer medos e desconfianças, mas não desistimos.

Lutámos por um estatuto que nos fizesse administradores e legisladores das nossas ilhas.

A Autonomia não é uma concessão do Estado, é um direito das Regiões Autónomas.

Conscientes da necessidade de lutar por esse direito, nunca baixámos os braços, nunca deixámos de acreditar.

Francisco Sá-Carneiro, fundador do PPD/PSD, foi um corajoso defensor da Autonomia.



Sá-Carneiro sabia que uma democracia é tanto mais verdadeira quanto mais perto das populações estão os órgãos de poder e de decisão.

E hoje é de novo o PSD que ousa ir mais longe, propondo importantes alterações à Constituição, defendidas pelo nosso líder, Dr. Victor Cruz, em aprovação esta semana na Assembleia da República, que conferem acrescidos e legítimos poderes legislativos ao Parlamento Regional.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

A Autonomia democrática não é um fim, é um meio. É um meio para o Povo Açoriano realizar-se, para ser feliz, para ter condições de vida condignas, para fazer dos Açores uma terra de futuro.

A Autonomia é um reflexo dos tempos. Por isso, não pode ser estática, mas dinâmica. A organização do poder político em compartimentos estanques torna-se cada vez mais inviável.

A autonomia regional tem, necessariamente, que ir evoluindo, conhecendo novos paradigmas.

Num mundo globalizado, numa comunidade supranacional como é a União Europeia, da qual fazemos parte integrante, urge partilhar o poder pela via da participação, mais do que através da divisão de poderes.

Não é nas finanças nem na economia que se situa o cerne da Autonomia; nem na distribuição estanque de poderes entre o Estado e as Regiões. É, cada vez mais, nas relações de cooperação entre os vários



níveis de poder. Designadamente na cooperação e na participação efectiva dos órgãos de governo próprio da Região nos processos de decisão do Estado e da União Europeia.

A Autonomia democrática que conquistámos com Abril não pode nem deve ser um meio de combate.

Não afirmamos a nossa diferença através da guerrilha desenfreada contra os órgãos de Estado eleitos ou contra os poderes instituídos da União Europeia, da qual decidimos, livremente, fazer parte integrante.

A Autonomia democrática, a nossa diferença, afirma-se na cooperação eficaz, na dialéctica da reivindicação justificada, no trabalho de casa bem feito.



Os Açores não se podem dar ao luxo de se automarginalizarem. As nossas especificidades geográficas e económicas são mais do que óbvios.

Não vamos ganhar o futuro fechando-nos no nosso recanto, orgulhosamente isolados no nosso bastião.

O desenvolvimento dos Açores exige de todos nós açorianos, e em especial dos políticos eleitos, a perseverança no trabalho, o rigor na gestão dos dinheiros públicos, e a visão estratégica, assente num projecto político, económico, cultural e social, que aponte novos caminhos, nestes tempos de mudança.

O desenvolvimento dos Açores não se fará sem a cooperação com os espaços político-sociais em que estamos inseridos. Temos que ganhar maior capacidade de negociação e de angariar apoios



internacionais. Temos que afirmar a capacidade para gerar mais riqueza e rendimento dos nossos recursos endógenos.

Se não formos capazes de gerir, de modo eficaz, os meios que temos ao nosso dispor, vai chegar o dia em que alguém, que não nós, o fará à distância.

Continuemos à procura de novos caminhos.

Afirmemos o pensamento da sociedade Açoriana.

Também por Abril, somos hoje uma Região. Mas não deixamos de ser um Arquipélago, composto por nove ilhas, nove realidades.

Não há projecto com futuro que não assente nesta nossa realidade.



Não vale a pena tentar gizar esquemas políticos ou económicos assentes na grandeza populacional em detrimento da realidade geográfica e histórica das ilhas.

A realidade ilha não pode ser esquecida pela Autonomia regional democrática.

Os Açores não são uma comunidade simples, mas sim “uma comunidade complexa, uma comunidade de comunidades”, no dizer de Carlos Pacheco Amaral.

“Quando o desafio excede as forças dos homens e dos povos não há possibilidade de resposta adequada”, dizia-nos Gustavo de Fraga.

Perante as dificuldades em respondermos às exigências da vida moderna, tem-se caído, nos



últimos anos, na tentação de abandonar as ilhas mais pequenas ou menos povoadas.

Há contudo possibilidades de resposta adequada ao desafio do desenvolvimento harmonioso dos Açores.

Temos que saber parar a hemorragia populacional das nossas ilhas mais pequenas.

Temos que saber criar condições mais atractivas de vida para que os jovens regressem às suas ilhas.

O desenvolvimento harmonioso dos Açores é possível. Apesar da insularidade, do isolamento e da pequena dimensão.

Também nós temos o direito a uns Açores desenvolvidos, económica, social, cultural e politicamente.

Dificuldade não quer dizer impossibilidade.

Somos nós que temos que liderar a tarefa do desenvolvimento dos Açores.

É impossível, e ineficaz, pretender desenvolver a nossa Região de fora para dentro, segundo esquemas pensados longe do nosso meio insular e sem a participação dos açorianos.

Torna-se cada vez mais difícil exigir mais autonomia se não damos os passos exigidos a um maior desenvolvimento.

A Autonomia poderá chegar a vir a ser questionada pelos próprios açorianos se continuarmos mergulhados na cauda do País e da União Europeia, em termos de desenvolvimento.



É assim também que temos de respeitar, hoje e sempre, o ideário de Abril.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os Açores enfrentam grandes desafios nos tempos próximos.

O alargamento da União Europeia, com a inclusão de mais dez novos Estados-membros, já no próximo dia 1 de Maio, vai exigir de nós uma nova atitude.

O bolo orçamental da União Europeia irá crescer muito levemente, mas à mesa vão sentar-se muitos mais.



O estatuto de Ultraperiferia, consagrado no Tratado da União, ainda não conheceu os desenvolvimentos necessários para que possamos, enquanto região ultraperiférica, ser tratados de forma diferente porque somos diferentes.

Os tempos que se aproximam são de perseverança e não de deixar passar para ver. São de cooperação institucional e não de guerrilha política. São de mudança e não de mais do mesmo. São de arrojo e não de conformismo.

Estes são os desafios que temos de vencer para respeitar o legado da geração que fez a Revolução e para contribuir para a felicidade dos nossos filhos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo



Temos cinco séculos de História.

Desenvolvemos, nestas ilhas, uma identidade própria, rica em valores culturais que devem ser dados a conhecer e afirmados no conjunto do nosso país, no seio da Europa a que pertencemos, junto das Américas onde vivem milhares e milhares de irmãos nossos e seus descendentes, eles próprios testemunhos vivos dessa riqueza cultural e do nosso espírito de universalidade.

Devemos, com isso, marcar o nosso lugar no País, na Europa e no Mundo.

Temos, a começar pela geografia, um papel central.

Somos plataforma no meio do Atlântico, de onde nos queremos dirigir ao Mundo e no qual podemos afirmar esse modo de ser e de estar a que, com tão



certeira expressão, Vitorino Nemésio chamou
AÇORIANIDADE.

É pela afirmação dessa Açorianidade no quadro da
nossa Autonomia que vale a pena celebrar hoje,
ainda e sempre, os valores do 25 de Abril.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 22 de Abril de 2004